



ALFABETIZAÇÃO DISSOCIADA DO LETRAMENTO: FATOR QUE CORROBORA O ANALFABETISMO FUNCIONAL

Andréa Cavalcante Monteiro Alves – UEPB
professoracavalcante@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba – Profletras

Resumo

O artigo discorre sobre a dissociação entre os processos de alfabetização e letramento nas escolas públicas e como isto contribui para o aumento do analfabetismo funcional no Brasil. Para tanto, foram utilizados a revisão bibliográfica e o levantamento de dados estatísticos. No tocante a revisão bibliográfica, ponderamos, de uma perspectiva teórico discursiva, acerca da conceituação dos termos letramento e alfabetização, além da forma como esses processos vêm sendo tratados ao longo da história. Também expusemos a importância desses processos acontecerem concomitantemente, mas que na maioria das escolas públicas isso não tem ocorrido. Diante disso, mostramos, através de dados estatísticos, colhidos nos sítios do IBGE e do MEC, que comprovam que apesar de todos os esforços e investimentos para que o analfabetismo no Brasil seja minimizado e que os dados até mostram que esse índice tem caído ao longo dos anos, o analfabetismo funcional ainda se mostra persistente, o que prova o fato de que muitos estão aprendendo a ler e escrever, no entanto não fazem o uso social dessas habilidades, com autonomia, na vida cotidiana.

Palavras-chave: Letramento, alfabetização, analfabetismo funcional

INTRODUÇÃO

Atualmente, os termos letramento e alfabetização têm sido muito utilizados nas discussões, produções e nos trabalhos oriundos do campo da educação brasileira, no entanto muitos profissionais se mostram resistentes em desenvolver propostas voltadas para o letramento e acabam preocupando-se apenas em alfabetizar.

Este trabalho se constitui numa análise sobre a dissociação entre os processos de alfabetização e letramento nas escolas públicas e como isto contribui para o aumento do analfabetismo funcional no Brasil e tem como objetivos refletir sobre os resultados de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita desarticuladas das práticas sociais de letramento, além de propiciar uma compreensão sobre a funcionalidade da leitura e escrita e o uso que os alunos fazem dessas habilidades. A forma de investigação utilizada nesta pesquisa foi de natureza



qualitativa de cunho bibliográfico.

Para isso, é necessário compreender as bases teóricas do conceito de alfabetização e letramento e compreender que se esses processos não acontecerem concomitantemente, o analfabetismo funcional continuará se fortalecendo ao longo do tempo. Porém, não temos como objetivo apresentar uma proposta prática de letramento, mas sim, realizar reflexões de cunho teórico sobre a origem do termo, conceituação e a relação entre letramento e alfabetização, além da proliferação do analfabetismo funcional no nosso país.

Atualmente, nos deparamos, no nosso cotidiano, com diversos gêneros textuais e cabe ao usuário da língua saber se posicionar diante desses gêneros, conviver e fazer uso de cada um deles. Então, estudar a língua é adquirir meios para saber ler, interpretar e produzir certos gêneros com eficiência, já que uma das formas de auxiliar o aluno a transformar-se num cidadão efetivo é proporcionar-lhe o desenvolvimento da competência comunicativa, bem como o uso funcional das capacidades da leitura e da escrita através do letramento com a mediação do educador.

A realização desta pesquisa nos possibilitou ter uma visão mais ampla do quão importante é o domínio do uso das práticas sociais do letramento e que, indubitavelmente, isso facilita a realização de grande parte de nossas atividades diárias, bem como aumenta as chances desempenhar melhor nossas atividades profissionais, por isso o trabalho de alfabetização deve acontecer, em nossas escolas, na perspectiva do letramento, para que assim minimizemos o analfabetismo funcional em nosso país.

O texto divide-se em etapas. No primeiro momento, ponderamos, de uma perspectiva teórico discursiva, acerca da conceituação dos termos letramento e alfabetização, além da forma como esses processos vêm sendo tratados ao longo da história. Também expusemos a importância desses processos acontecerem concomitantemente, mas que na maioria das escolas públicas isso não tem ocorrido. Diante disso, mostramos, através de dados estatísticos, colhidos nos sítios do IBGE e do MEC, os quais comprovam que, apesar de todos os esforços e investimentos para que o analfabetismo no Brasil seja minimizado, este ainda se mostra persistente, uma vez que muitos estão aprendendo a ler e escrever, no entanto não fazem o uso social dessas habilidades, com autonomia, na vida cotidiana. Em seguida apresentaremos a análise dos dados. Por fim, abordar-se-ão as considerações finais.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS QUE SE COMPLEMENTAM

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Aquino

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br



Há mais vinte anos a palavra Letramento, recém chegada ao Brasil, começava a fazer parte dos discursos dos especialistas em educação. As primeiras autoras a utilizar essa terminologia, a qual significa domínio sobre as práticas sociais e reais da leitura e escrita, foram: Magda Soares, Mary Kato, Leda Verdiani Tfouni e Ângela Kleiman. Desde então o letramento popularizou-se e, como ocorrera com o termo construtivismo, durante a década de 1980, hoje o letramento ganhou força e virou modismo. Tanto é verdade que estese expandiu para além da relação com a leitura e a escrita.

Em 1988, Tfouni esclareceu a diferença entre alfabetização e letramento no capítulo introdutório do livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, nele a autora situou a alfabetização no campo individual e o letramento, no âmbito social, uma vez que “[...] focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita”. (TFOUNI, 1988, p.9)

De acordo com a visão de Tfouni sobre a escrita “não podem ser esquecidos fatores como as relações de poder e dominação que estão por trás da utilização [...] de um código escrito” (TFOUNI, 2006, p.140). Esta também é considerada como uma das principais causas do aparecimento das civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e das sociedades em que foi adotada. Isso nos faz perceber o quão são importantes as capacidades de leitura e escrita e o ato do letramento, bem como o uso social destes, dentro de uma sociedade.

De acordo com Tfouni, 2006, p.9

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita, da leitura e das práticas de linguagem através do processo de escolarização, enquanto o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita, focalizando o uso social destas capacidades.

Ou seja, cabe à alfabetização a sistematização da instrução formal, pertencendo ao campo individual, enquanto o letramento centraliza sua atenção para o social e assim sendo pertence ao campo coletivo.

Muitos profissionais de educação colocam o letramento e a alfabetização em campos opostos. Não é que estejam errados, mesmo porque a alfabetização está relacionada diretamente ao ambiente escolar, enquanto o letramento acontece dentro e fora da escola, através das nossas experiências e interações ocorridas na vida cotidiana com as práticas



sociais e reais de leitura e escrita.

Atualmente, os professores enfrentam um grande desafio que é mediar junto aos discentes os processos de alfabetização e letramento, ou seja, alfabetizar letrando. Assim sendo, cabe aos educadores planejar atividades que propiciem aos alunos práticas reais de letramento, porém os métodos aplicados: o sintético, que parte das menores partes (fonemas, sílabas e palavras) para, então, trabalhar com o todo (texto); e o analítico que percorre o caminho inverso: texto, palavras e fonemas; não estão conseguindo alfabetizar na perspectiva de promoção do letramento, o que nos leva a outro grande problema, ou seja, o aumento no número de analfabetos funcionais no nosso país. Entendamos os conceitos de analfabetos totais e analfabetos funcionais como:

1 – Analfabetos totais – “pessoas que não sabem ler e escrever.” (SOARES, 2010, p.24)

2 - Analfabetos funcionais – “aquelas pessoas que, tendo se apropriado das habilidades de “codificação” e “decodificação”, não conseguiram fazer uso da escrita em diferentes contextos sociais.” (SANTOS, MENDONÇA, 2007, p. 16)

Podemos compreender, ao observar a conceituação dos termos: analfabeto e analfabeto funcional, que estes se diferem uma vez que os analfabetos funcionais são indivíduos que estiveram na escola, lêem, escrevem, no entanto não conseguem fazer uso dessas habilidades em situações vivenciadas no seu cotidiano, para resolver problemas que demandam o uso social da leitura e da escrita, o qual não é praticado nas escolas conteudistas que priorizam o ensino e relegam o aprendizado a um segundo plano.

A REALIDADE DO ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL

Em 2014, um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO apontou o Brasil como ocupante do 8º lugar dentre os 150 países avaliados em relação aos índices de analfabetismo entre os adultos.

Em fevereiro deste ano, a UNESCO divulgou o 3º relatório global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. Este documento contou com contribuições de 139 países que participaram da pesquisa da agência da ONU. De acordo com o relatório temos uma população adulta de 13 milhões de analfabetos. Como fora supramencionado, esses analfabetos dividem-se em: analfabetos totais e analfabetos funcionais.

A crise na aprendizagem não é só no Brasil, mas global. Para a UNESCO, o problema está relacionado com a má qualidade da educação, além de uma formação inadequada para os

professores.

No ano de 2015 foi realizado o Pisa, exame internacional realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o qual tem por objetivo aferir a eficiência dos sistemas escolares. De acordo com os resultados divulgados pela OCDE, cerca de 540 mil estudantes com 15 anos de idade, de 72 países foram avaliados nas áreas de ciências, leitura e matemática. Os estudantes brasileiros que se submeteram ao exame tiveram desempenho abaixo da média da OCDE. O Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática. Em ciências, os alunos brasileiros obtiveram 401 pontos contra 493 pontos da média da OCDE, em leitura, 407 pontos ante 493, e em matemática, 377 pontos contra 490.

Outro fato que ratifica o alto índice de analfabetismo funcional no país é o número de estudantes eliminados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2016, devido à redação. Ao todo, 291.806 candidatos zeraram a nota da redação, segundo o MEC, por causa de motivos como: fuga do tema, cópia do texto motivador, texto insuficiente, não atendimento ao gênero textual solicitado, partes desconectadas do texto, desrespeito aos direitos humanos, dentre outros motivos.

Também de acordo com informações divulgadas pelo MEC, dos vinte e sete estados brasileiros, apenas Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí conseguiram atingir a média do IDEB previstas para o ano de 2015, conforme comprova a tabela abaixo.

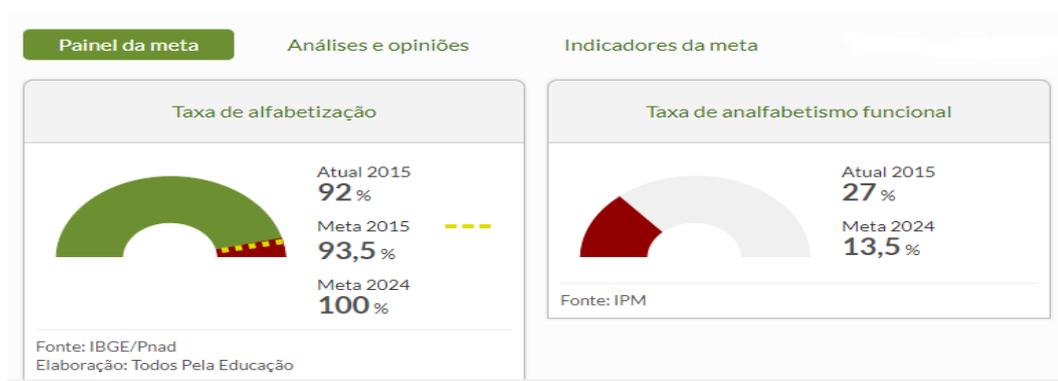
Estado	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3.5	3.8	4.1	4.2	4.4	4.4	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5
Alagoas	2.5	2.7	2.7	2.5	2.7	3.1	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5
Amapá	3.5	3.4	3.6	3.5	3.4	3.5	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Amazonas	2.7	3.3	3.6	3.9	3.9	4.4	2.7	2.8	3.1	3.5	3.9	4.1	4.4	4.7
Bahia	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	3.2	2.7	2.8	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	4.7
Ceará	2.8	3.4	3.6	3.7	3.9	4.2	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5	4.8
Distrito Federal	3.3	3.5	3.9	3.9	3.8	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
Espírito Santo	3.5	3.6	3.8	3.7	4.0	4.0	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
Goiás	3.3	3.4	3.6	4.0	4.5	4.7	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
Maranhão	3.2	3.4	3.6	3.6	3.8	3.8	3.2	3.4	3.6	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2
Mato Grosso	2.9	3.6	4.2	4.3	4.2	4.5	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9
Mato Grosso do Sul	2.9	3.5	3.6	3.5	3.7	4.1	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2	4.4	4.7	5.0
Minas Gerais	3.6	3.7	4.1	4.4	4.7	4.5	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
Pará	3.1	2.9	3.1	3.1	3.0	3.2	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2
Paraíba	2.5	2.8	2.8	2.9	3.0	3.3	2.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.5
Paraná	3.3	4.0	4.1	4.0	4.1	4.3	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Pernambuco	2.4	2.5	3.0	3.3	3.6	4.1	2.4	2.6	2.8	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5
Piauí	2.6	3.1	3.4	3.6	3.5	3.8	2.7	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7
Rio de Janeiro	2.9	2.9	3.1	3.2	3.6	3.7	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9
Rio Grande do Norte	2.6	2.7	2.9	2.9	3.1	3.2	2.6	2.7	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6
Rio Grande do Sul	3.5	3.7	3.8	3.8	3.9	4.0	3.5	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
Rondônia	3.2	3.3	3.4	3.5	3.7	4.0	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2
Roraima	3.2	3.5	3.7	3.6	3.5	3.7	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2
Santa Catarina	4.1	4.1	4.2	4.7	4.1	4.7	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0
São Paulo	3.8	4.0	4.3	4.3	4.4	4.7	3.8	4.0	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8
Sergipe	2.9	2.9	2.7	2.9	2.7	2.9	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9
Tocantins	3.4	3.6	3.9	3.9	3.7	3.8	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.4

Fonte: Ideb.inep.gov.br

É fato que, atualmente, a educação tem um caráter amplo, democrático, plural e irrestrito. Em relação à educação, a Constituição Federal em seu Art. 205 afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(CF, 1988)

Esse artigo da nossa Constituição garante a todos os brasileiros o direito à educação básica, no entanto não lhes garante a permanência e conclusão das etapas que a compõe. Além disso, as metas do Plano Nacional de Educação - PNE e, conseqüentemente, dos Planos Estaduais de Educação - PEE e dos Planos Municipais de Educação - PME ratificam esse direito, além de cuidar para que todos ingressem e permaneçam nas escolas. No entanto, a permanência dessas crianças, jovens e adultos no espaço educacional, é um desafio hercúleo, pois a desvalorização do profissional da educação, a falta de estrutura física adequada na maioria das escolas, a má formação de alguns profissionais, a falta de estratégias atrativas nas aulas, culminam na má qualidade da educação ofertada nas escolas públicas e instauram desdobramentos complexos, contraditórios e assustadores, a exemplo do número considerável de analfabetos funcionais no nosso país, como comprova a tabela com dados do IBGE (2009) e o painel do Plano Nacional de Educação – PNE (2015), no qual pode-se constatar que o percentual de 27% de toda a população brasileira é considerada analfabeta funcional. O PNE tem como meta reduzir este percentual em 13,5%, ou seja, em 50% do total, até o ano de 2025:



Período	Taxa de analfabetismo funcional
2001	27,3
2002	26
2003	24,8
2004	24,4
2005	23,5
2006	22,2
2007	21,7
2008	21
2009	20,3

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela extraída das Síntese de Indicadores Sociais de 2001 à 2009

Segundo o IBGE, o país possui uma população total de 207.802.393 habitantes e destes, mais de cinquenta e seis milhões de brasileiros são considerados analfabetos funcionais. Além disso, observando-se a tabela e o gráfico acima, no ano de 2015, temos o percentual de analfabetos funcionais igual ao verificado no ano de 2001, persistindo por quase duas décadas em um mesmo nível. Esses dados, além dos que foram mencionados ao longo do texto, comprovam que as práticas de alfabetização e letramento estão ocorrendo de maneira desarticulada nas escolas públicas brasileiras, pois a população freqüenta a escola, lê, escreve, mas não é capaz de fazer o uso social das práticas de leitura e escrita, como já fora mencionado.

Essa realidade só mudará quando os educadores mudarem a sua atitude diante da forma como alfabetizam, pois só um trabalho feito na perspectiva do letramento, poderá minimizar o analfabetismo funcional que acomete a grande maioria dos nossos discentes.

Os métodos utilizados para alfabetizar não estão conseguindo consolidar a alfabetização na perspectiva do letramento, uma vez que nossos discentes não conseguem



fazer uso do saber sistematizado na escola em situações sociais da vida cotidiana.

“Nas aulas de alfabetização, muitas vezes, é dada uma ênfase muito grande ao processo de ensino deixando-se, na prática, o processo de aprendizagem relegado a um plano secundário” (ROJO, 1998, P.63). Segundo a autora, o que os educadores precisam entender é que a ação de ensinar pode ser realizada em grupo, mas a aprendizagem é um ato individual.

Cada pessoa aprende por si, em seu ritmo e a seu tempo, no entanto, na maioria das vezes, esses fatores não são levados em conta durante o planejamento das estratégias aplicadas em sala de aula e assim sendo como não existem salas homogêneas, os alunos acabam por receber os conteúdos, repeti-los e quando muito memorizá-los, sem que compreendam de fato o que estão estudando e, principalmente, sem fazer uso do que vêm em sala de aula nas situações reais do dia-a-dia. O que nos lembra da educação bancária criticada por Paulo Freire, uma vez que nesse tipo de educação os discentes são tratados como “[...] recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor educador será” (FREIRE, 2005, P.66).

Esse tipo de trabalho, em que o aluno é um mero coadjuvante e que o coloca como um sujeito passivo do processo de ensino e aprendizagem está muito distante da alfabetização na perspectiva do letramento, a qual tem por objetivo formar cidadãos autônomos, reflexivos, capazes de construir e reconstruir seus conceitos, são conscientes de seu papel na sociedade e sobretudo capazes de usar esses conhecimentos para resolver seus problemas cotidianos.

Um bom trabalho de alfabetização precisa levar em conta o processo de ensino e aprendizagem de maneira equilibrada e adequada. O professor tem uma tarefa a realizar em sala de aula e não pode ser um mero espectador do que faz o aluno ou um simples facilitador do processo de aprendizagem, apenas passando tarefas. Cabe a ele [...] ajudar cada aluno a dar um passo adiante e progredir na construção de seus conhecimentos. (ROJO, 1998, P.68)

É fundamental para que a alfabetização na perspectiva do letramento se consolide, que o professor ajude seu aluno a progredir, compartilhando as dificuldades do aprendiz, analisando-as, entendendo-as e sugerindo soluções. Esse tipo de interação, infelizmente, ainda se faz ausente nas salas de aula da maioria das escolas públicas e, dessa forma, sem que haja uma mudança na concepção de ensino, não haverá mudança nos percentuais



supramencionados.

METODOLOGIA

A forma de investigação utilizada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa de cunho bibliográfico. Para tanto, foram utilizados a revisão bibliográfica e o levantamento de dados estatísticos. No tocante à revisão bibliográfica, ponderamos, de uma perspectiva teórico discursiva, acerca da conceituação dos termos letramento e alfabetização, além da forma como esses processos vêm sendo tratados ao longo da história. Também foi tratada a importância desses processos acontecerem concomitantemente. Além de serem mostrados dados estatísticos, quais comprovam que o analfabetismo funcional, no Brasil, ainda se mostra persistente, uma vez que muitos estão aprendendo a ler e escrever, no entanto não fazem o uso social dessas habilidades, com autonomia, na vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, faz-se imprescindível para o educador, o qual enseja propiciar ao educando a experiência da alfabetização na perspectiva do letramento, compreender que

[...] criar as condições e oportunidades para uma inserção mais rica e diversificada na cultura letrada pode ser uma estratégia promissora e, para tanto, é importante conhecer os usos e os significados que os discentes atribuem à leitura e à escrita, compreendendo como o letramento se insere num conjunto mais amplo de práticas e disposições relacionadas ao consumo e à produção cultural, à formação para o trabalho e à participação cidadã. (KLEIMAN, MATENCIO, 2005, p.25)

Para mudarmos esse quadro, precisamos fomentar políticas públicas que possibilitem às instituições escolares o atendimento à diversidade em todos os sentidos, através de planos de ação que valorizem as habilidades e potencialidades individuais, considerando a realidade social em que vivem.

Isso se justifica porque a palavra inclusão permeia o meio educacional de maneira



muito forte atualmente e assim podemos observar uma preocupação crescente com a enorme diversidade que encontramos no público atendido pelas nossas instituições escolares. Por essa razão, precisamos lançar um novo olhar sobre os nossos discentes, pois não há como promover a inclusão caso não os auxiliemos a superar suas dificuldades de aprendizagem, se não respeitarmos as suas limitações e ritmos distintos de aprendizagem e, principalmente, se não praticarmos uma educação humanizadora que atenda a todos indistintamente.

É urgente que trabalhemos de forma conjunta as duas dimensões: alfabetização e letramento, uma vez que estes processos deveriam ser indissociáveis. Apesar de o processo de letramento anteceder ao da alfabetização, ele perpassa todo o processo de alfabetização. “O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que os indivíduos se tornassem, ao mesmo tempo, alfabetizados e letrados.” (SOARES, 1998, p. 47). Isso significa levar o aluno a se apropriar da escrita através do acesso aos materiais escritos presentes na sociedade, a partir de situações que tornem necessárias e significativas práticas de leitura e de escrita.

Nessa perspectiva, cabe às instituições escolares estimular a reflexão acerca da língua, bem como a vivência de situações de interação e uso dos diversos gêneros textuais, realizando um trabalho sistemático sobre o funcionamento e as características do sistema de escrita alfabético e ortográfico, criando situações de uso real da leitura, da escrita, de maneira autônoma e crítica, compreendendo que a aquisição da leitura e escrita não deve se desvincular do processo de letramento, caso contrário continuaremos engrossando as fileiras de analfabetos funcionais nesse país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** – 46ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KLEIMAN, Ângela, MATENCIO, Maria de Lourdes Meireles (Orgs.). **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**.



CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE
LETRAMENTOS E DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM

Campinas: Mercado das Letras, 2005.

ROJO, Roxane, **Alfabetização e Letramento: Perspectivas Linguísticas**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SANTOS, Carmi Ferraz; Mendonça, Márcia. **Alfabetização e letramento: Conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, Magna. **Letramento: tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Aquino

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br